



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

JF
ME

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2025 -----

Aos dezanove do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENÇAS: -----

A deputada municipal Sandra Cristina Morais, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Maria de Fátima Fraga.-----

À exceção do senhor Vereador Paulo Jorge Mota da Silva, encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas dezoitos horas e dez minutos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, declarou aberta a presente reunião, transmitida em direto, dando início à ordem de trabalhos. -----

1-Ordem do dia -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** iniciou a sua intervenção dizendo que têm conhecimento que o serviço de auditoria externa ao processo de construção de estação de tratamento de águas de Suídos - estação elevatória de Bormela e redistribuição de água em baixa - adjudicado a Ana Rita dos Remédios Santos ainda não se encontra pago, ou pelo menos, não se encontrava até há uma semana atrás. Importa recordar que o resultado deste serviço foi apresentado nesta Assembleia há cinco meses pelo que estão largamente ultrapassados os prazos normais para pagamento da despesa. Questionou o Senhor Presidente no sentido de saber se podia explicar a que é que se deve este atraso. De seguida referiu que o nosso município foi, está a ser, e vai ser largamente prejudicado pela total falta de iniciativa deste Executivo para resolver os problemas que estavam à vista de todos. E nada disto tem a ver com a insolvência da empresa, algo que já é conhecido há cerca de um mês. A obra do miradouro das Fisgas deveria ter terminado antes do verão de 2024. Agora o senhor Presidente diz que a solução vai ser rápida com a entrada de um novo empreiteiro.



lvc

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Considera que um executivo competente e responsável teria adotado esta solução há um ano atrás, no final do verão de 2024. Mas nada fez. Sobre o Hotel das Rãs recordou que o contrato assinado previa a conclusão da obra para o final deste ano. Não era necessário aguardar pela insolvência para saber que a obra não estaria concluída dentro do prazo. Mas, pior que isso, já se conseguia perceber que não estaria concluída dentro do prazo limite para o programa de financiamento, que é junho de 2026, incluindo celebração do contrato de arrendamento. Referiu que perguntou neste plenário várias vezes qual era a situação da obra e o senhor Presidente sempre respondeu que estaria tudo a decorrer dentro dos prazos normais. Perguntou se o senhor Presidente queria explicar que impacto terá, ou não, o incumprimento do prazo limite para o financiamento do PRR. Acrescentou que, há dias, uma empresa iniciou a retirada dos andaiques e que uma equipa da autarquia se deslocou ao local num sábado e os trabalhos pararam. Questionou que argumentos apresentou a autarquia para o impedir. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que queria deixar aqui apenas duas notas ou três notas sobre algumas realidades e situações do dia-a-dia e destes meses que foram decorrendo relativamente à atividade municipal. Face à situação de insolvência que atingiu a empresa responsável pelo hotel das Rãs, pelo miradouro das Fisgas e pela casa mortuária de Paradança, e perante a ausência de informação do município, urge o executivo dar os esclarecimentos aos Mondinenses sobre este assunto. Tal deve merecer grande preocupação face aos investimentos alavancados, com a agravante que os mesmos são alvo de financiamento público, com a obrigatoriedade de conclusão das empreitadas até junho de 2026, sendo que, se tal não suceder, poderemos perder o financiamento alocado para estas empreitadas. Ora, assim sendo, questionou qual o ponto da situação? Que medidas estão a ser desenvolvidas para a resolução deste problema, nomeadamente o pagamento aos fornecedores? Que medidas vai a Câmara tomar para que as obras sejam concluídas sem se perder os fundos comunitários? Vai rescindir os contratos com a empresa? Vai abrir novos procedimentos concursais? Relativamente aos trabalhos de repavimentação da Estrada Mondim – Atei (primeira fase) cujo contrato de empreitada já foi assinado há vários meses e as obras ainda não começaram, questionou quais os motivos que levam a que isto aconteça? Para terminar deixou uma terceira nota sobre um outro assunto que merece esclarecimento e que se relaciona com o facto de, em momento pré-eleitoral, o Executivo ter promovido um evento para 650 pessoas à Quinta da Malafaia. Ora, quando é notório que infelizmente continuamos a ter uma rede de estradas muito degradada e com



AP
INC

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

algumas situações em que as pessoas nem têm acesso digno às suas casas, quando se verifica que, em muitas situações, muitos mondinenses ainda não têm as condições básicas necessárias e fundamentais para ter uma vida digna, esta é uma prioridade a que o município dá relevo. Estamos todos entendidos e esclarecidos. Mas dado que os custos do evento propriamente não foram oferecidos, questionou o senhor Presidente no sentido de saber quanto custou este evento de promoção eleitoral do Executivo. Dado que, também em seguimento a este assunto, já foi oficializada a data para as eleições autárquicas há bastante tempo, e todos sabemos que as eleições irão ocorrer a 12 de outubro e em que é proibido qualquer tipo de promoção em sites e boletins municipais, por que razão o município continua com estas ações, sabendo que está a cometer uma ilegalidade, promovendo uma campanha eleitoral com fundos públicos? -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que, chegados hoje à última Assembleia deste mandato, importa fazer uma análise do que foram estes quatro anos. De seguida passou a ler a sua intervenção que se passa a transcrever: «Permitam-me que pegue na carta que o atual Presidente, enquanto candidato do PSD à Câmara Municipal, mandou a todos os Mondinenses e que vos enumere aqui algumas questões. No que diz respeito às obras e infraestruturas faladas nesta carta, é por demais evidente que a maior parte das obras apresentadas como realizações do atual executivo não são obra deste mandato. Foram planeadas, contratadas ou financiadas ainda no anterior Executivo PS, tais como, por exemplo, a escola, o pavilhão ginnodesportivo, o quartel da GNR, a casa mortuária de Mondim, a ligação de Atei à Barca, o Loteamento da Telha. O que o Executivo fez durante quatro anos foi apenas inaugurar e tentar desesperadamente ficar com os louros de obras para as quais em nada contribuiu. Mais recentemente, mesmo em cima das eleições, conseguiram, para mostrar serviço, lançar concursos à pressa e sem planeamento. Exemplo disto são, por exemplo, a reabilitação da Casa da Igreja, o Largo da Feira do Bilhó, o Centro dos Vinhos Verdes em Atei. Todos estes concursos, alguns deles continuam desertos, outros já foram repetidos várias vezes, injetando mais e mais dinheiro nos projetos, como se atirar dinheiro para cima das obras as tornasse mais válidas. Tudo isto são decisões que levantam sérias dúvidas no que diz respeito à gestão financeira. Vejamos, as casas mortuárias, por exemplo, custaram quase um milhão de euros e, só por si, este valor exorbitante é bastante questionável, mas também, diga-se, são praticamente a única obra própria deste mandato. São escolhas que mostram má gestão dos recursos públicos e



ENR

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

pouco ou nenhum critério na definição de prioridades. Falemos também de apoios. A maior parte dos apoios sociais apresentados na referida carta também já existiam. Por exemplo, a loja social, o apoio ao medicamento, os centros de convívio, o apoio à infância. Mas há dois que foram de facto uma novidade. O primeiro é o incentivo à natalidade. Mas até este, como todos sabemos, só avançou após negociações e chumbos iniciais da bancada do Partido Socialista. Apesar de ser muito difícil ao PSD fazer este reconhecimento, se não fosse o PS e esta Assembleia, este apoio era discriminatório. O segundo apoio é o transporte para os estudantes universitários, mas recordo aqui uma situação: se recuarmos até ao ano de 2019, com o PS ainda no Executivo, encontramos numa reunião do Conselho Municipal da Juventude uma proposta de um regulamento que serviu de base ao atual apoio. O senhor deputado José Brás recordar-se-á tão bem como eu desta situação porque estávamos lá os dois em representação. Vou até referir aqui uma situação que o deputado José Brás disse e passo a citar: “Talvez fosse importante mencionar no preâmbulo deste regulamento que este surgiu de uma proposta e debate feita em sede do Conselho Municipal da Juventude”. Uma boa sugestão. E por falar em CMJ, como sabem, é um órgão consultivo cuja finalidade é garantir a participação ativa dos jovens nas matérias relacionadas com políticas da juventude e onde estão representadas várias entidades e associações ligadas aos jovens. Sabe, o senhor Presidente, ou algum dos presentes, qual é a periodicidade das reuniões deste órgão? Diz o regulamento que o plenário do CMJ de Mondim de Basto reúne ordinariamente quatro vezes por ano. Neste mandato reuniu três vezes! Falemos de cultura. Muito do que apresenta como inovação cultural também suscita algumas questões, uma vez que, quando questionado sobre o impacto das atividades, o senhor Presidente ou não sabe ou não quer responder. Veja-se o exemplo mais recente da Festa da Juventude onde, numa noite de terça-feira, se gastaram mais de 30 mil euros. Quer justificar? Quer dizer qual foi o impacto? Mais se impõe perguntar: porquê a realização desta festa em Vilarinho? No próximo ano será no Cilindro, em Tejão, em Pardelhas? E no turismo? O que é que tivemos durante estes quatro anos? Diz o senhor Presidente, na tal carta, que o setor do turismo tem sido um investimento e aposta ganha. Vejamos: o miradouro das Fisgas mantém-se encerrado há mais de 2 anos e sem previsões de abrir; a reabilitação da fonte do trigo nem avançou; e as levadas do Alvão têm mais de promoção do que qualidade de experiência a quem visita. É isto uma aposta ganha? Então e o rali? Ou o Granfondo da Senhora da Graça que era todos os anos e passou a ser de quatro em quatro? Já para não falar nos investimentos megalómanos que, teoricamente,



BS
me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

servirão de âncora para o turismo, como a Casa da Igreja ou o Centro dos Vinhos Verdes, cuja finalidade suscita mais dúvidas do que certezas porque nenhum turista visita Mondim para ficar fechado numa sala a ver ecrãs. Fala-se muito em dinamização mas, na prática, pouco mudou e aquilo que se projeta não são para nós boas opções. Apesar de este Executivo tentar vender este mandato como cheio de realizações, a realidade é outra. Muitas obras foram herdadas do executivo anterior, várias promessas ainda não saíram do papel, tivemos uma gestão das prioridades bastante duvidosa e poucas ou nenhuma iniciativas com impacto real. Entre meias-verdades e exageros fica claro que os resultados concretos são limitados. Dizem que Mondim é a mais bela porta de entrada de Trás-os-Montes. Pois bem, para nós, Mondim não é uma porta, Mondim é a nossa casa e é essencial que os mondinenses avaliem o que é que foi feito durante estes quatro anos para Mondim e para o futuro de Mondim». -

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que iria tentar responder a todas as questões que lhe foram colocadas de forma sucinta. E começando pela intervenção do senhor deputado Carlos Macedo, referiu que, se achou insólito, numa reunião de Câmara, ser perguntado especificamente se uma fatura tinha sido paga ou não, fazê-lo numa assembleia municipal não deixa de ser insólito. Mas, perante tal pergunta na reunião de Câmara, referiu que solicitou esclarecimentos aos serviços e efetivamente ainda não tinha sido paga, tendo solicitado que o pagamento fosse efetuado. Relativamente à questão sobre a plataforma das Fisgas de Ermelo, referiu que a empresa que ganhou o concurso público incumpriu com o contrato e está num processo de insolvência. Portanto, se fosse o município a escolher a empresa, se calhar não teria este problema. Houve um concurso público que efetivamente foi aberto, houve uma empresa que ganhou e infelizmente essa empresa abriu insolvência. Procedemos à resolução do contrato de empreitada da obra pública por incumprimento da empresa contratada, procedimento que é muito burocrático, e o município avançará com execução da obra por administração direta. Esse será o modelo para a conclusão da obra. A plataforma de visitação, vulgarmente designada de Miradouro, terá mais um motivo de visitação das Fisgas de Ermelo, o que permitirá aos utilizadores uma visita em segurança, acessível e a pessoas com menor mobilidade numa perspetiva ainda mais atrativa. Não haverá certamente ninguém mais que o Executivo com vontade para que esta obra seja realizada. Acrescentou que a Câmara irá assumir a execução desta obra e que no próximo mês de outubro a obra ficará concluída. Relativamente ao designado Hotel das Rás, o Edifício Santiago, aproveitou para dar um



ANE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

esclarecimento mas que começava por recuar este processo. Recordou que quando esta proposta de resolução deste problema, que tinha mais de 40 anos, foi apresentada, houve da parte do Partido Socialista uma ausência para se associar a esta solução. Referiu que percebia agora esta preocupação para que a obra seja concluída, não percebendo na altura o não se ter associado para a resolução desta situação. A verdade é que este Executivo procedeu com determinação ao lançamento de um concurso público de empreitada para a construção de dezoito fogos habitacionais tendo sido esta obra adjudicada a uma empresa que, à data, apresentou a melhor proposta num concurso público, livre e obviamente aberto a qualquer empresa que possa participar. Infelizmente, a empresa adjudicatária entrou em incumprimentos vários e no passado mês de agosto foi decretada a sua insolvência. Neste momento estamos a preparar o lançamento de um novo concurso público, similar a muitos outros concelhos que foram afetados também por insolvência desta mesma empresa, para que o mais rapidamente possível sejam retomados os trabalhos de requalificação do edifício, a obra seja terminada e disponibilizada à comunidade. Relativamente às questões colocadas pelo senhor deputado Fernando Silva e relativamente à participação na Quinta de Malafaia e à existência de outros investimentos que são importantes, referiu que não deixaram de investir na rede viária por terem dado a oportunidade aos nossos séniores de participar neste evento. Uma coisa não se pode misturar com a outra. Continuamos a investir na mesma na reabilitação das pavimentações e também demos a possibilidade para que os nossos séniores pudessem ter momentos de convívio tal como aquele que vivemos. E o passeio sénior é uma atividade que tem sido desenvolvida ao longo de todo o mandato, por volta desta altura, tendo sido antecipada precisamente para não coincidir tanto com o ato eleitoral. Afirmou convictamente que esta iniciativa foi de facto um sucesso para a nossa comunidade e que se sentia muito confortável por ter tido a possibilidade de disponibilizar à nossa comunidade esta oportunidade de poder participar neste passeio, não vendo aqui nenhuma relação com a necessidade da realização de obras que também elas foram feitas. Tudo é importante. É importante a promoção de uma vida ativa, é importante também que a nossa comunidade sénior tenha acesso a eventos como este, é importante que os convívios se concretizem dentro da nossa comunidade, e é para isso que o município e o serviço público existem. Relativamente à questão sobre o seu valor, referiu que a informação estava disponível na plataforma: é só verificar, com total transparência e sem qualquer tipo de omissão, aquilo que foram os custos desta iniciativa. Relativamente à intervenção da senhora deputada Ana



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

GF
LNE

Patrícia, constatou que, pelos vistos, a carta lhe causou bastante incômodo, tendo visto inclusive o Partido Socialista a discursar sobre a carta. Espera que esta carta seja uma inspiração para aquilo que o Partido Socialista podia ter feito em doze anos e que não fez. Relativamente ao endividamento da Câmara de que o Partido Socialista fala e questiona como é que é possível este Executivo fazer tanta obra com o endividamento da Câmara, esclareceu que a dívida a terceiros em 2024 ainda é inferior a 2020; a dívida a terceiros em 2024, em relação a 2021, que já é o mandato em que nós também já participamos, tem um aumento só de 386 mil euros. Mas já há uma diferença que é o grande embate nas contas do município com estas obras todas. De facto, é de pensar como é que é possível fazer tantas obras sem endividar a Câmara. Isto deve-se à responsabilidade na execução das obras, à responsabilidade na identificação das obras e fazê-lo com as contas certas. Relativamente à questão colocada sobre qual é que foi o impacto da festa da juventude, afirmou que o impacto foi precisamente proporcionar aos nossos jovens a oportunidade de termos um evento dedicado também para que eles possam ter muita diversão. Foi um excelente evento, teve bastante adesão e descentralizamos esta iniciativa que tem vindo a ser feita já ao longo do mandato. Este ano foi em Vilarinho, no próximo ano irá para outra freguesia, na sequência da descentralização que queremos assumir. Relativamente à proposta apresentada no Conselho Municipal da Juventude realizado antes do termo do mandato anterior, houve de facto uma sugestão da juventude que o Executivo anterior não aplicou. Foi este Executivo que a aplicou, e ainda bem porque os nossos jovens, assim, têm a oportunidade de regressar às casas, visto que a Câmara comparticipa o bilhete.

É uma iniciativa importante para as famílias, importante para os jovens e, certamente, importante também para a dinamização da nossa economia com a participação e com a presença destes jovens no nosso Concelho. -----

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que, relativamente ao Hotel das Rãs, o problema começou a ser resolvido pelo CDS-PP, com o senhor Fernando Gomes, que era presidente de junta de freguesia de Mondim de Basto, que fez com que todos os sócios que faziam parte da sociedade ETB vendessem ou dessem a sua cota à Santa Casa da Misericórdia. Mais tarde, a Misericórdia vendeu o edifício, tal como estava, a um empresário para construir um hotel. E depois este Executivo comprou o edifício ao empresário pelo dobro do preço. Relativamente ao evento da Quinta da Malafaia, referiu que não iria problematizar mas que, no seu entendimento, os momentos de alegria fazem-se



lme

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

com os séniors e fazem-se ao longo do ano, não têm de ser realizados e concretizados num momento único. Acrescentou que neste evento não foram apenas séniors: havia muita gente que não era sénior. Referiu que não entendia qual a dificuldade do senhor Presidente em apresentar os custos. -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para dizer que, em relação às obras, não ficava mal ao senhor Presidente fazer o reconhecimento a quem as inicia, sejam elas terminadas no seu mandato ou não. Acha que a iniciativa também conta e muitos dos projetos tinham sido aprovados no anterior Executivo, portanto, se não os cumprisse é que nem sequer era permitido. Em relação à questão do apoio ao transporte aos jovens universitários, referiu que ninguém discorda e que falou no ano de 2019 porque em 2020 veio o Covid e os alunos nem sequer iam para a universidade. E se o senhor Presidente concorda que o CMJ é importante, porque é que só reuniu três vezes durante quatro anos? A própria Festa da Juventude deveria e podia ter sido discutida no CMJ: onde é que ia acontecer? Em que termos? Podia e devia ter sido discutida lá. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que falou na auditoria porque ela foi aqui por demais debatida e com uma polémica muito grande. Portanto, não foi só em reunião de Câmara que esta questão foi debatida e a questão era saber se o senhor Presidente assumia realmente que aquele trabalho foi realizado ou não. Por isso é que questionaram se foi pago pelos serviços. Então, na altura, se não foi pago, foi por culpa dos serviços? Relativamente ao hotel da Rás e ao miradouro das Fisgas, referiu que não está em causa como é que vai resolver. O que está em causa é que foi alertado aqui, pelo próprio e por muitos deputados, que era óbvio que estava atrasado, era óbvio que não ia conseguir cumprir os prazos e o senhor Presidente afirmou várias vezes que estava tudo a correr com a normalidade e que ia estar tudo pronto a tempo e horas. E a que custo? Se a obra não estiver pronta a tempo e horas o que é que vai acontecer? O que vai acontecer é que vai ser mais meio milhão a voar dos contribuintes mondinenses. -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer que, uma vez que a senhora deputada Ana Patrícia referiu aqui o seu nome, queria esclarecer um assunto e acrescentar o que de facto foi feito por este Executivo perante os jovens. Recorda-se que, enquanto estudava na Universidade em Vila Real, infelizmente não havia ligação direta de autocarro de Mondim para Vila Real. Ou seja, a única solução que havia para ir para Vila Real era através de boleias. E a verdade é que no mandato de 2017-2021 se falou várias



Jo
me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

vezes no Conselho Municipal da Juventude sobre como é que o Executivo Municipal, na altura do Partido Socialista, poderia ajudar. E de facto na altura debateram-se todas as soluções possíveis: se com meios próprios, através de uma empresa, se com o pagamento. Na altura dizia-se que não era possível com o pagamento porque a Câmara, infelizmente, passava por dificuldades. Referiu que discordava de um argumento apresentado pela senhora deputada que é que a Covid pode ter parado as viagens mas não parou a elaboração de um regulamento sem o qual não se pode apoiar os jovens. E também é importante recordar que o tal Executivo também entrou em funções e ainda existia a Covid e, através, de meios próprios, o município durante um ano assegurou o transporte. Felizmente também regressou a carreira diária para Vila Real e também entrou uma medida global de apoio aos jovens até aos 23 anos pelo Governo Nacional. Mas o município continua a comparticipar as viagens de todos os jovens, sejam estudantes em Évora, em Lisboa, em Aveiro, etc., ou seja, o apoio que se dá aos jovens é realmente importante e foi este executivo que o concretizou. Considera que é uma bandeira de que se deve orgulhar e que deve, perante esta Assembleia, orgulhar a todos porque de facto é um apoio importante para os nossos jovens que vêm mais vezes a casa durante o fim-de-semana, que participam mais nas coletividades e que, sobretudo, ajudam também mais na economia local. Considera que este Executivo apoiou os jovens de uma forma que nunca ninguém em Mondim o tinha feito.

O senhor Vereador **Paulo Jorge Mota da Silva** usou da palavra para fazer a defesa da honra porque foi dito pelo senhor Presidente que abandonamos a reunião onde foi votada a compra do imóvel Hotel das Rãs por não concordarmos com a opção, e convém esclarecer, de alguma forma aquilo que é uma mentira e essa mentira pode ser facilmente desmascarada recorrendo às atas dessa mesma reunião. Portanto, é falso que os vereadores do Partido Socialista tenham abandonado a reunião por não concordarem com a opção (apesar de não concordarem com a opção, também é verdade) mas sim porque se essa fosse uma competência da Câmara Municipal os vereadores do Partido Socialista não teriam abandonado a reunião. O que foi dito, e como referia a proposta - o Presidente da Câmara tem competência para levar avante esta proposta - foi que o senhor Presidente não precisava de levar esta proposta à votação da Câmara Municipal porque era uma competência dele próprio e, portanto, não necessitava desta votação. E que não vislumbravam onde se encontrava a relevância do ato. Se estava no valor da aquisição, e esta foi proposta do Partido Socialista, então devia ser revogada a competência e deveriam todos os atos inerentes a essa



me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

competência serem devolvidos à Câmara Municipal ou, de outra forma, não faz qualquer sentido esta votação pelo que a proposta deveria ser retirada e o Presidente assumir a sua responsabilidade, ou não participariam nesta votação. Portanto, para que fique claro, nunca os vereadores do Partido Socialista se demitiram daquilo que eram as suas competências. Esta proposta era, é, ainda é hoje, uma proposta que é da competência do senhor Presidente, que pode muito bem decidir sozinho sobre a compra de imóveis. A pergunta que ficaria no ar foi porque é que não o quis fazer sozinho? Acrescentou que houve uma outra proposta idêntica que foi levada à Câmara logo de seguida, meses depois, para a compra de um imóvel, também à Santa Casa, e essa proposta, perante esta mesma posição tomada aqui foi retirada. Concluiu dizendo que não se demitiram das suas funções, apenas não quiseram votar algo que não era competência da Câmara Municipal.

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que ficou patente que de facto o senhor Vereador abandonou a reunião. As razões foram aquelas que acabou por explicar, mas que abandonou, abandonou. Acabou de o dizer. Para responder à senhora deputada Ana Patrícia referiu que não estava contra quem tomou as iniciativas, obviamente que se tem que valorizar. Mas que o que o levou a fazer esta intervenção foi o ouvir dizer que eram obras em que o município não tinha tido qualquer contributo e isso é que obviamente não pode ser descurado e não pode ser passado em branco. Relativamente à intervenção do senhor deputado Carlos Macedo, referiu que não disse que o assunto não foi discutido em reunião de Câmara, só que achou na altura curioso terem feito essa questão na reunião de Câmara e aqui também. Referiu que continuava sem perceber porquê o perguntarem especificamente esse fator, parecendo-lhe que, afinal, a auditoria incomodou mesmo muito. Relativamente ao Edifício Santiago, a verdade é que, infelizmente, e sem qualquer responsabilidade do município, a empresa abriu falência. E, agora, é necessário encontrar a solução e não se pode descurar que não é muito importante a forma como ele vai ser resolvido. É importante que os munícipes saibam que o município vai resolver. Sobre a questão da estrada de Atei colocada pelo senhor deputado Fernando Silva, esclareceu que a reabilitação da estrada de Atei já começou, neste momento já estão a fazer trabalhos de preparação, e, portanto, certamente será uma obra importante de reabilitação numa das estradas mais percorridas do Concelho. Relativamente às atividades com os séniores, esclareceu que existem neste momento 21 centros de convívio no concelho, onde levamos a atividade física, onde levamos a cultura, onde levamos as artes, onde temos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

bf
me

um trabalho de proximidade com a nossa comunidade sénior ao longo de todo o ano. Temos também o jantar de Natal em que juntamos a nossa comunidade sénior para partilhar o espírito natalício e para partilhar aquilo que são as suas vivências. Existe, portanto, um conjunto de atividades ao longo de todo o ano que permitem, no fundo, dar esta alegria à nossa comunidade sénior. Relativamente aos custos referiu que podiam ser verificados no Base.gov com total transparência. Não há aqui nenhuma dificuldade em dizer o custo. Por fim, referiu que há quarenta anos que andam pessoas a dizer que começaram a resolver o problema, há quarenta anos que o edifício estava assim, mas, na verdade, quem o resolveu foi este Executivo. Esse é que é o facto. Há quarenta anos que havia um conjunto de intenções mas, na verdade, quem resolveu e quem está a resolver somos nós. Terminou dizendo que a aquisição do imóvel foi resultado de uma avaliação de um técnico responsável, independente, e portanto não pagaram mais do que aquilo que era a avaliação do imóvel à época. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da Palavra para dizer que, e uma vez que é visado nessa questão da auditoria, quando o senhor Presidente entregar a documentação que lhe foi solicitada, que prova que o senhor Presidente aqui mentiu, virá cá, não como deputado municipal, nem como Presidente da Assembleia, mas como público, para provar que o senhor Presidente da Câmara mentiu e tentou enlamear os seus adversários políticos. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que estava tranquilo com as suas afirmações. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, ainda relativamente ao Hotel das Rãs, a solução disponível passa por comunicar a intenção de converter esta operação para um regime especial que reduz o financiamento de 100% para 85%. É bom que os mondinenses saibam que esta falta de iniciativa vai custar aproximadamente meio milhão de euros aos cofres de autarquia, isto se a obra ficar concluída até final de 2026, algo que não se afigura muito fácil. Se passar para 2027, a fatura vai passar para um milhão de euros. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para questionar como é que se pode acusar um município de falta de iniciativa quando resolveu um problema. -----

1.2- Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----



gve

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

2- Ordem do dia: -----

2.1. Informação – Ponto de situação sobre o processo de intimação judicial para entrega de documentos -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer que há um conjunto de documentos que foram solicitados ao Executivo e que o Executivo não entregou. Perante esta recusa da entrega dos documentos, o Presidente da Assembleia Municipal, para fazer cumprir o seu papel, desencadeou um procedimento judicial, tendo a obrigação de dar esta informação aos deputados e também a quem assiste em casa. De seguida passou a ler a informação que se passa a transcrever: «*Venho, por este meio, informar-vos sobre o estado atual do processo judicial que, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, me vi forçado a instaurar contra o Município de Mondim de Basto. Como é do vosso conhecimento, na sequência de um requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista na assembleia de 30 de abril de 2025, solicitando diversa documentação ao executivo municipal, realizei várias diligências para obter os referidos documentos. Estas informações são essenciais para o exercício pleno da nossa competência de fiscalização da atividade da Câmara Municipal. Após a ausência de resposta aos pedidos efetuados, incluindo um ofício enviado via correio registado a 1 de julho de 2025, e de modo a garantir o cumprimento da lei e o respeito pelo papel desta Assembleia, foi instaurada uma ação de intimação no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela. O objetivo desta ação é que o tribunal ordene o Município a fornecer a documentação solicitada. O Município de Mondim de Basto apresentou, entretanto, a sua contestação, na qual alega, em suma:*

- *A minha falta de capacidade e legitimidade judiciária para intentar esta ação.*
- *A possível caducidade do direito de ação, por considerar que o pedido original é anterior à data do requerimento em assembleia.*
- *Que o volume de pedidos de informação de várias forças políticas tem impossibilitado uma resposta atempada por parte dos serviços.*
- *Que a informação pedida é de conhecimento público e que os pedidos visam dificultar o funcionamento dos serviços municipais.*

Em nossa resposta à contestação, refutámos todos os argumentos apresentados pelo Município, esclarecendo que:

- *A legitimidade para esta ação decorre do Código de Processo nos Tribunais Administrativos (CPTA) e visa assegurar a função de fiscalização que nos compete.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

BG
LNE

- O prazo para a ação judicial conta-se a partir da recusa (ou da falta de resposta) ao pedido formal, e não da sua data original.
- O eventual volume de trabalho ou a existência de outros pedidos não constitui um fundamento legal para a recusa de informação.
- O direito à informação não se limita ao que já se encontra publicado, sendo um dever da administração fornecer os documentos solicitados para permitir o seu escrutínio.

De momento, o processo encontra-se a aguardar uma decisão por parte do Tribunal sobre os argumentos apresentados por ambas as partes. Reafirmo o meu compromisso, enquanto Presidente da Mesa, em defender o direito à informação e em garantir que todos os deputados municipais dispõem das ferramentas necessárias para exercerem de forma rigorosa e informada o mandato que lhes foi confiado pelos cidadãos de Mondim de Basto. Continuarei a manter-vos a par de qualquer desenvolvimento futuro neste processo».

Seguiram-se algumas intervenções que, por motivos técnicos, não foi possível reproduzir nesta ata.

2.2. Aprovação da ata da reunião de 26 de junho de 2025 -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 26 de junho de 2025 que foi aprovada por unanimidade dos presentes (não votaram os membros que não estiveram na sessão).-

2.3- Aprovação da 4ª Revisão ao Orçamento de 2025 -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para questionar o senhor Presidente no sentido de saber a que se deve o reforço para a obra da Casa da Igreja.-

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para explicar, essencialmente, aquelas que são as três alterações que estão aqui presentes. Referiu que uma delas tem a ver precisamente com a Casa da Igreja e deve-se ao facto de existirem duas candidaturas que já tinham sido aprovadas - a Creativtek e a Casa da Igreja – tendo-se procedido à sua junção, não havendo alteração daquilo que é o valor, que por uma questão processual não foi junta na última alteração. A segunda tem a ver com a piscina escolar de Mondim de Basto e deve-se ao facto de ter havido alguma morosidade na aprovação da candidatura e nos respetivos pareceres, pelo que se torna necessário transportar o orçamento para o ano seguinte porque a execução irá também ela própria prolongar-se em mais um ano. O mesmo para a Casa Mortuária de Paradança (aqui também a mesma empresa que está responsável pela execução desta obra foi aquela que entrou em insolvência) que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

APC

estava prevista terminar este ano e teremos que transportar o orçamento para o ano seguinte. Portanto, são estas as três alterações que estão aqui patentes. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Aprovação da 4ª Revisão ao Orçamento de 2025** que foi aprovada por maioria com **nove votos a favor, um voto contra e onze abstenções.** -----

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para fazer a declaração de voto do Partido Socialista no sentido da abstenção, que se passa a transcrever: «*A penúltima alteração orçamental aprovada nesta Assembleia já gerava preocupações. Para cobrir o aumento significativo de custos com obras vistosas deste Executivo, assumiu-se o corte de 6,5 milhões de euros até 2029 no investimento para a expansão da rede de saneamento. Hoje é anunciado um novo corte, agora no Programa Primeiro Direito, um programa destinado à habitação, tudo para reforçar, com mais de meio milhão de euros, as obras megalómanas. Enquanto este Executivo prioriza obras de alto custo, claramente desalinhadas com as reais necessidades da comunidade, o que fica em segundo plano são os investimentos essenciais estruturais. A conclusão é clara: o município está disposto a comprometer o básico e o imprescindível, colocando em risco a qualidade de vida de todos, em nome de projetos que, no fim de contas, pouco ou nada vão beneficiar a população mondinense.*» -----

2.4- Aprovação do projeto do Regulamento Municipal de Alienação de Lotes de Terreno para Autoconstrução -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer que o Projeto de Regulamento Municipal de Alienação de lotes de Terreno para Autoconstrução na Tapada da Telha, prova que o atual Executivo cumpriu com a sua palavra, destinando terrenos para a construção de habitação para os mais jovens, com critérios de atribuição favoráveis e uniformizados, nomeadamente, o custo abaixo do preço de mercado. A habitação é um dos maiores desafios do concelho de Mondim de Basto. Aqueles que dizem que a habitação sempre foi uma prioridade da sua política deveriam refletir sobre o que realmente fizeram. Passo a explicar: segundo dados da Pordata, no triénio de 2022 a 2024 construirá-se o dobro das casas que no triénio de 2018 a 2020. Aqueles que agora se dizem preocupados com a habitação são os mesmos que durante anos permitiram, através da inércia vigente, que muitos Mondinenses seguissem o sonho de concretizar a construção da sua habitação em concelhos vizinhos. Mondim de Basto foi, durante 12 anos, um concelho que através dum burocracia esmagadora, esmagou os sonhos de muitos Mondinenses. Felizmente, temos agora um executivo que se preocupa com a concretização dos sonhos individuais dos seus



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

bf
me

Municípios, que deu as condições técnicas aos seus quadros para que os processos sejam mais céleres e, sobretudo, concretizou-se uma nova abordagem aos problemas: diálogo transparente sempre em busca das soluções. Assim é o caminho para mais e melhor habitação. -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que ao ouvir o deputado José Brás ficou meio confuso. Pensava que a obra da Tapada da Telha também fosse uma obra idealizada e estruturada pelo PSD, só que não. Ao final de quatro anos de mandato finalmente temos um regulamento para venda de lotes em condições favoráveis aos jovens que queiram construir. Só que temos quatro anos perdidos, mas, como diz o povo, mais vale tarde que nunca. -----

O deputado municipal **José Ricardo Brás de Oliveira** usou da palavra para dizer que, e sobre a frase mais vale tarde que nunca, ainda hoje estava a recordar, através das redes sociais do município, que o Partido Socialista, em 2017, apontava para a construção da tapada da telha tendo passado quatro anos sem obra, sem regulamento. Neste mandato passaram quatro anos: temos obra e temos regulamento. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a Aprovação do projeto do Regulamento Municipal de Alienação de Lotes de Terreno para Autoconstrução que foi aprovada por unanimidade. -----

2.5- Tomar conhecimento da informação do auditor externo sobre a situação económica e financeira do Município de Mondim de Basto, referente ao primeiro semestre de 2025 -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

2.6- Informação do Executivo -----

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que esta informação confirma a total incapacidade do executivo em fazer e executar a obra. Apresenta os maiores orçamentos de sempre e depois as piores execuções de que há memória. Em junho deste ano, decorrido meio ano, apresentava menos de 10% de execução do investimento, isto é, obras. Um ano melhor que em 2004. Mal seria dado que 2024 foi mesmo o pior ano do que há memória. É por isso também bastante esclarecedor: prometem muito e fazem pouco. -----

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dizer que seria anormal se a bancada do Partido Socialista não viesse criticar a execução. Se a execução fosse de 90%, seria criticada à mesma, faz parte e é também com esta forma



love

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

normal, que temos que encarar essas mesmas críticas, porque também faz parte de nós termos que as ouvir, quer tenham muita ou pouca razão, é assim. Mas referiu que gostava de salientar, porque está aqui evidente que, efetivamente, as contas do município são contas que estão saudáveis e que, efetivamente, também nesse ponto de vista, há aqui o mérito de que não há despesismo, há sim rigor naquilo que são as contas e a execução do Orçamento Municipal.

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que quando pediu ao senhor Presidente que dissesse qual foi o custo do evento da Quinta da Malafaia, explicando de alguma forma aqui esta informação, o senhor Presidente não quis dizer, está no seu legítimo direito, e nós, deputados municipais, todos recebemos esta informação. Terminou dizendo que o senhor Presidente de Câmara não se pode esquecer que nós deputados sabemos a informação mas os mondinenses que nos podem ouvir não sabem. Terminou dando a informação de que a atividade da Quinta da Malafaia custou vinte e quatro mil euros.

A deputada municipal **Ana Patrícia Tapado Alves** usou da palavra para falar sobre um processo judicial pendente mencionado na informação. O vereador Paulo Mota solicitou ao Executivo Municipal documentos essenciais para desmontar a acusação feita pelo Presidente da Câmara contra o Presidente da Assembleia Municipal e como a Câmara não respondeu dentro do prazo legal, o caso foi levado a tribunal e a Juíza intimou o Município a entregar todos os documentos no prazo de 10 dias. Em vez de cumprir a sentença, o Executivo recorreu para o Tribunal Central Administrativo do Norte, numa tentativa clara de ganhar tempo e adiar a verdade até depois das eleições de outubro. Os argumentos apresentados pela Câmara para não facultar os documentos são frágeis e até constrangedores. Alegaram desconhecer o estudo de saneamento financeiro de 2010, bem como desconhecer a empresa Higiene Pinheiro. Esta recusa em entregar documentos não só impede a defesa do bom nome de quem foi injustamente acusado, como atinge indiretamente empresas e os próprios serviços da autarquia, cuja imagem fica denegrida sem necessidade. Trata-se de mais um episódio em que o Executivo prefere recorrer e contestar, em vez de garantir transparência e respeitar as instituições.

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dar nota de que não tem sido hábito discutir os processos que vêm na informação. De qualquer forma, naturalmente, aquilo que foi a análise da senhora deputada Ana Patrícia



fb
me

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

sobre o processo ficará registado e responderá também pela sua interpretação. Referiu que estava a ver se o senhor deputado Fernando Silva resistia à tentação de, naquela que tem sido já uma estratégia utilizada, perguntar quando já sabem a resposta.

2.7- Intervenção do público -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dizer que tinha tomado a iniciativa de pedir aos grupos municipais, sendo esta a última sessão da Assembleia, de, se assim entenderem, dirigirem-se ao plenário com uma breve saudação de despedida.

A deputada municipal **Eva Maria Ramos Fernandes dos Anjos** fez a sua intervenção, cujo teor se transcreve: «*Chegamos ao final de quatro anos de mandato e é tempo de prestar contas. O PSD assumiu responsabilidades, definiu compromissos claros e hoje podemos afirmar, com confiança, que este foi um mandato de obra feita, de resultados concretos e de visão para o futuro. Os grandes projetos estruturais exigem tempo, maturidade e, muitas vezes, dependem de financiamento do Estado ou de fundos europeus. Tivemos a coragem de preparar esse caminho e já se veem frutos. Na Saúde, está em curso a reabilitação do Centro de Saúde, uma obra há muito necessária. No apoio às famílias, honramos todos os compromissos assumidos: - reduzimos impostos; - criamos o programa de incentivo à natalidade; - implementamos a participação dos transportes para estudantes do ensino superior. E porque acreditamos que apoiar as famílias é preparar o futuro, será construída uma creche municipal. No capítulo das Acessibilidades, encontramos estradas e caminhos em estado deplorável. Respondemos com o programa “Acesso para Todos”, um programa que totalizou cerca de um milhão de euros para melhorar acessos às habitações. Foram requalificadas ligações fundamentais, pavimentamos as estradas de acesso a Tejão e Campanhó, junto ao Centro Escolar, na Avenida da Igreja, na Travessa do Bairro Novo, a ligação às Pedreiras e a estrada do Bobal até ao limite do concelho com Vila Real. Concretizamos a rotunda junto aos Bombeiros que permitiu uma melhor mobilidade no centro da nossa vila. Está já em curso a obra da Estrada Municipal 312, que liga Mondim a Atei até ao limite do concelho com Ribeira de Pena. Podemos afirmar com segurança: este foi o mandato, desde há muitos anos, em que mais se investiu em pavimentações no concelho. Senhoras e Senhores. O PSD assumiu este mandato com um objetivo: transformar as condições de vida no nosso concelho. Hoje, quando olhamos para o caminho percorrido, sabemos que estamos a cumprir. Há ainda muito por fazer mas estamos a trabalhar num concelho mais cuidado, com mais apoios sociais, mais saúde, melhores acessibilidades e políticas concretas de apoio às famílias. Neste mandato também preparamos os alicerces do futuro. Os*



AV

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

projetos e respetivas candidaturas da nova zona de Acolhimento Empresarial, da Piscina Municipal Coberta, do alargamento do Saneamento a Vilar de Viando, a Casa da Igreja, a valorização do sistema de água da Sra. da Piedade, demonstram que este executivo preparou Mondim de Basto para os próximos anos. Este é o nosso compromisso; trabalho sério, de proximidade e com resultados visíveis. Quero deixar uma palavra de profunda gratidão: aos meus colegas de bancada pela confiança, dedicação e espírito de equipa. Aos restantes grupos parlamentares pelo debate democrático e pelo respeito institucional que mantivemos. E, sobretudo, à população que nos elegeu para o exercício deste mandato, recordando-nos sempre que o nosso lugar é passageiro, mas o dever de servir e defender a causa pública é permanente. Saio com a consciência tranquila de que demos o melhor de nós. Sei que ficaram coisas por fazer – ficarão sempre – mas sei também que deixamos alicerces sólidos para que as legislaturas seguintes continuem a construir um concelho melhor. Terminei com uma palavra de esperança: que este espaço de debate continue a ser um exemplo de participação cívica, de diálogo democrático e de respeito pelo nosso semelhante. Porque só assim honraremos a confiança dos cidadãos e fortaleceremos a nossa democracia local».

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** fez a sua intervenção, cujo teor se transcreve: «Finalizamos o mandato e é com noção de dever cumprido e de gratidão que me dirijo a todos vós. Nestes quatro anos tive a honra de servir o nosso Concelho como deputado municipal na oposição. Uma experiência exigente mas muito enriquecedora. Considero que eu e os que me acompanham na bancada do Partido Socialista demos o nosso contributo para construir uma comunidade mais forte, mais justa e mais próspera. É um trabalho que, muitas vezes, passa despercebido à comunidade. São horas do nosso tempo pessoal a ler e analisar documentos e, muitas vezes, colocar a nossa vida pessoal de lado em prol dos mondinenses, mas que, em simultâneo, dá-nos uma grande satisfação por sabermos que estamos a dar o nosso melhor para ajudar o nosso Concelho e promover o bem-estar de todos os cidadãos mondinenses. Resta-me agradecer a todos os que tornaram possíveis estes plenários, umas vezes mais acalorados, outras vezes mais serenos. No entanto, consideramos que é assim que deve funcionar a democracia, com posições diferentes, com escrutínio, mas com respeito, transparência e elevação. Uma palavra especial para o atual Presidente da Assembleia Municipal, pela forma exemplar como dirigiu estas sessões, pela sua capacidade de agilizar posições, gerir os debates e pelo legado que deixa nos vários órgãos municipais onde esteve presente. Por último, agradecer aos mondinenses pela confiança que depositaram em nós, na esperança que tenhamos cumprido com as suas expectativas».

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** fez a sua intervenção, cujo teor se transcreve: «Ao longo deste mandato de quatro anos, procurei exercer as minhas funções de deputado municipal com liberdade e consciência do que estava a fazer em cumprimento de todas as minhas obrigações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

em prol do desenvolvimento de Mondim. Critiquei o que entendia estar mal, para ser corrigido e alterado; enalteci o que entendia estar bem, independentemente da origem dessas propostas. Procurei sempre respeitar e abrir pontes, de forma a encontrar as melhores soluções para o bem-estar das populações. Terminado este mandato, nesta última sessão, cabe-me agradecer a paciência e tolerância com que todos me ouviram. Deixo uma última nota para algo que me entristece. O executivo tem de olhar para as oposições como parte do equilíbrio, da pluralidade e da democracia, uma vez que todos procuramos ajudar a melhorar propostas que nos são apresentadas. A oposição tem de ser vista não como «inimigo», mas como um parceiro válido, cujos contributos apenas têm uma finalidade: o desenvolvimento de Mondim. Agradeço aos Mondinenses a confiança e a possibilidade que me deram de os representar neste órgão. Continuarei disponível para servir esta terra que me acolheu ao longo destes trinta anos. Expresso a todos os maiores votos de sucesso na vida pessoal e profissional.

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para fazer a sua intervenção que se passa a transcrever: «*Começo por realçar a grande dignidade com que estas últimas três intervenções foram feitas e a elevação do seu teor. De facto é muito mais aquilo que nos junta do que aquilo que nos separa, o amor à nossa terra, a vontade de contribuir para o seu desenvolvimento, independentemente do lugar que ocupamos. E as boas oposições também fazem governos fortes e, portanto, aqui também uma palavra para os membros da Assembleia que não foram eleitos pelas listas do PSD e que certamente procuraram também dar o seu melhor contributo para que esta Assembleia Municipal possa ter sido rica naquilo que é o resultado comum que tem a ver com a vontade que todos temos para o desenvolvimento do Concelho. Também para os deputados eleitos pelas listas do PSD o agradecimento pela forma solidária com que, ao longo destes quatro anos, desempenharam as funções mas, acima de tudo, pela forma responsável, independentemente de terem sido eleitos nas listas do PSD, de defender o Concelho no seu todo. E é essa responsabilidade que se deve assumir quando recebemos, por parte das pessoas, a confiança para nos representarem na Assembleia Municipal. É um cargo com alta dignidade e que é representativo da nossa comunidade e, acima de tudo, com grande responsabilidade, não só nos nossos atos, mas também na nossa forma de fazer política. O senhor Presidente da Assembleia Municipal também desempenhou as funções da forma como certamente teve essas condições e, portanto, uma palavra também de agradecimento por um exercício difícil, mas que procurou que todos pudessem ter voz, independentemente da forma como o entendeu. A verdade é que é um cargo de grande exigência que exige também que seja ocupado por pessoas com a capacidade de unir, com a capacidade de ouvir e, acima de tudo, de poder gerir uma Assembleia que é multi-representativa e que, acima de tudo, que é também força viva da nossa comunidade. Acredito que não tenha sido um mandato fácil, mas acredito também que teve bastante orgulho na forma como o desempenhou. De*



lpe

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

qualquer forma, acreditem que é um desafio podermos ter a oportunidade de representar a nossa comunidade e poder fazê-lo com exigência, com responsabilidade e colocando sempre as pessoas em primeiro lugar. -----

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para fazer a sua intervenção que se passa a transcrever: «*Em primeiro lugar, agradecer a todos pelas vossas palavras. Queria também dirigir-vos algumas palavras de forma breve, caras e caros deputados municipais, caro Presidente da Câmara, caro Vice-Presidente da Câmara, caros Vereadores. Cumprimento e saúdo também todos aqueles que assistem à sessão e todos os Mondinenses de forma geral. Esta é a última sessão deste mandato. Terminei a minha missão como Presidente da Assembleia Municipal, depois de 25 anos dedicados à política local: dois mandatos como vereador, três mandatos como Presidente da Câmara e este mandato como Presidente da Assembleia. Na política como na vida tudo tem um início e tudo tem um fim. Foi um enorme privilégio e uma honra presidir a Assembleia Municipal. A Assembleia Municipal é pela sua própria natureza um local de confronto civilizado, de fiscalização do Executivo, onde convivem eleitos com opiniões diferentes. É assim a democracia. Agradeço a todos a compreensão e a cordialidade com que me trataram e registo, para memória, a concórdia, a serenidade e o ambiente civilizado como decorreram os trabalhos. Aproveito para me dirigir aos que, em algum momento e de maior força da discussão, se sentiram desconfortáveis ou até ofendidos com alguma atitude ou expressão minha. Se isso aconteceu, apresento o meu pedido de desculpa e acreditem sinceramente que nunca tive essa intenção. Procurei presidir este órgão com equilíbrio, com decência e com bom senso. Assumi pontualmente o papel de deputado eleito para expressar as minhas diferenças. Fiz-lo, espero, de forma clara, transparente e honesta, porque tomar a palavra é um momento de liberdade, e a oportunidade de expressar as nossas próprias ideias. Eu nunca deixei de o fazer. Gosto de ser claro, mesmo que isso desGRADE. Procurei sempre, ao longo destes quatro anos, dirigir os trabalhos de forma competente, atenta e com o equilíbrio que a função exige. Contei sempre com a ajuda dos elementos da mesa, a quem agradeço profundamente, ao senhor Joaquim Pereira e à professora Joana Alegre, que me acompanham na mesa da Assembleia. Aproveito para recordar ainda com saudade a enfermeira Fernanda Lemos que infelizmente nos deixou ainda neste mandato. Àqueles que terminam neste mandato, um agradecimento pela sua participação cívica e, naturalmente, as maiores felicidades para os que sendo candidatos nas próximas eleições ambicionem legitimamente serem eleitos. Do meu lado, lembrar-me-ei sempre de uma frase que é atribuída a José Saramago, a nossa maior tragédia é não saber o que fazer da vida. Vamos nos ver certamente em algum lugar de Mondim. Um abraço a todos até sempre.* -----

Tendo terminado as intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Não havendo mais assuntos a tratar, a Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às vinte hora e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 23 de dezembro de 2025, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emilia de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----

Era Anjo

Emilia Gonçalves